



# TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

Timbaúba - PE, 11 de Fevereiro de 2025.

Ofício GP nº 029 / 2025

À Exma. Sra. Marileide Rosendo de Albuquerque,  
Vereadora Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Timbaúba.

Vimos pelo presente, encaminhar para apreciação e deliberação dessa  
Eg. Casa Legislativa, projeto de Lei que Institui o Programa de Recuperação de  
Créditos tributários e não tributários (REFIS 2025) do Município de Timbaúba e  
da outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, bem como certo de que o  
presente projeto de lei será aprovado em sua totalidade, renovamos nossos  
sinceros votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:408  
06022434

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2025.02.18 11:39:48  
-03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
PREFEITO



# TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

## PROJETO LEI Nº 01 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A NOVA  
ADEQUAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO  
NACIONAL DE 2025 AOS  
SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS  
MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA - PE**, usando das suas atribuições legais conferidas pelo artigo 65 da Lei Orgânica do Município, submete ao Poder Legislativo o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o reajuste da remuneração mínima para os servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Timbaúba, no valor de R\$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais).

**Parágrafo único.** A adequação de que trata o "caput" deste artigo será aplicada com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2025 em favor de todo o funcionalismo público municipal, quais sejam, servidores efetivos, comissionados, contratados, inativos, pensionista, bem como aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias, que tem seus vencimentos indexados ao referido valor conforme tabela anexa à presente lei.

**Art. 2º** Em decorrência no disposto no artigo 1º e seu parágrafo, passa a integrar Lei nº n.º 2.864 de 26 de dezembro de 2013, como anexo V, o anexo I da presente lei.

**Art. 3º** As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações constantes na Lei Orçamentária.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba – PE, 11 de fevereiro de 2025.

MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:  
40806022434

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2025.02.18 11:15:55 -03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
PREFEITO



# TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

## JUSTIFICATIVA

Excelentíssima Senhora

Vereador(a) Marileide Rosendo de Albuquerque

Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Timbaúba.

Sirvo-me do presente, para fazer chegar às mãos de Vossa Excelência Projeto de Lei que dispõe sobre a nova adequação ao Salário Mínimo Nacional de 2024 aos servidores públicos civis municipais e dá outras providências.

O reajuste ora proposto decorre da adequação prevista e estabelecida através do Decreto Presidencial nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o novo valor do salário mínimo, com efeitos a partir de 1º de Janeiro.

A Constituição Federal também preconiza o trabalho como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art.1.º, IV), e em consequência o direito fundamental ao salário como forma de contrapartida do trabalho (art.6.º), assegurando a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, demonstrando que uma efetiva política de remuneração é um dos instrumentos mais poderosos de combate à pobreza e desigualdade social em nosso país.

O reajuste do salário mínimo contribui decisivamente para redução das disparidades regionais de renda, influenciando diretamente na dinâmica econômica local, com a elevação do poder de compra e consumo das famílias, impactando qualitativamente as condições de vida e de sociabilidade da população.

Assim, o encaminhamento da presente proposta consubstancia-se na perspectiva de valorização do funcionalismo público municipal, com ênfase na melhor distribuição de renda e na recuperação do poder aquisitivo, gerando, como consequência, o crescimento da economia no nosso município, assegurando que nenhum servidor receba vencimento menor que o salário mínimo nacional.

Por essas razões, e por se tratar de matéria de grande relevo social, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos senhores Vereadores com a certeza de que Vossas Excelências aprovarão a presente iniciativa.

Atenciosamente,

MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE

E:40806022434

Assinado de forma digital  
por MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022  
434

Dados: 2025.02.18  
11:15:43 -03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
PREFEITO



ANEXO I (Anexo V - Lei Municipal n.º 2.864 de 26 de dezembro de 2013)

CARGOS	REFERÊNCIA						
	NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV	NÍVEL V	NÍVEL VI	NÍVEL VII
	0 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	20 a 25	25 a 30	30 a 35
	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos
Agente Comunitário de Saúde	3.036,00	3.036,00	3.036,00	3.036,00	3.056,79	3.117,92	3.180,28
Agente de Combate às Endemias							



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 001/2025**  
**DISPÕE SOBRE A NOVA ADEQUAÇÃO**  
**DO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL DE**  
**2025 AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS**  
**MUNICIPAIS DE TIMBAÚBA**

**I – RELATÓRIO**

O presente parecer refere-se à análise do Projeto de Lei nº 001/2025, encaminhado pelo Poder Executivo Municipal, que propõe a adequação do vencimento dos servidores públicos civis municipais ao novo valor do salário-mínimo nacional de 2025.

A proposta visa atender ao reajuste obrigatório do salário-mínimo nacional, conforme determinado pelo Governo Federal, garantindo que nenhum servidor público municipal receba remuneração inferior ao mínimo estabelecido pela legislação vigente.

**II – ANÁLISE JURÍDICA**

O art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, assegura que nenhum trabalhador pode receber remuneração inferior ao salário-mínimo vigente no país, aplicando-se essa regra também aos servidores públicos municipais, nos termos do art. 39, §3º, da Constituição Federal.

A competência para legislar sobre remuneração de servidores públicos municipais pertence ao Poder Executivo, cabendo à Câmara Municipal analisar e aprovar a proposta, conforme previsto na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara.

Uma vez que o reajuste do salário-mínimo é uma obrigação imposta pela legislação federal, e considerando que o projeto apenas cumpre essa determinação, não há vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade na matéria, desde que o impacto financeiro seja demonstrado.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão opina favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 001/2025, por entender que está em conformidade com a Constituição Federal, a legislação municipal e os princípios da administração pública.

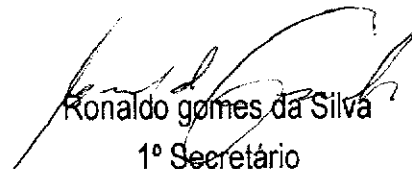
**Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2025.**

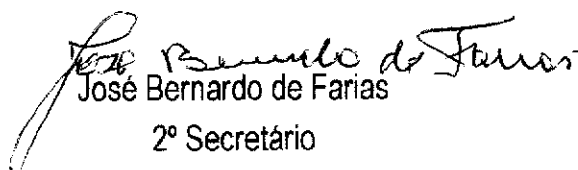


**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

  
Luiz Apolinário Neto  
Presidente

  
Ronaldo Gomes da Silva  
1º Secretário

  
José Bernardo de Farias  
2º Secretário



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

**PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

ADEQUAÇÃO. VENCIMENTOS. FUNCIONALISMO LOCAL.  
SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL DE 2025. E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

Vem à apreciação da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Timbaúba, o **Projeto de Lei nº 001/2025** de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a adequação dos vencimentos do funcionalismo local ao Salário Mínimo Nacional de 2025 e dá outras providências.

De princípio cumpre mencionar que o art. 39 do Regimento Interno desta Casa Legislativa estabelece a competência da Comissão de Finanças e Orçamentos para emitir parecer sobre assuntos de caráter financeiro, dentre outros.

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Timbaúba, após cuidadosa apreciação, apresenta seu parecer favorável à aprovação do mencionado projeto, o que faz nos seguintes termos.

A Comissão dedicou especial atenção aos aspectos financeiros do projeto em questão, verificando a existência de estudo de impacto orçamentário prévio.

Ademais, denota-se que a majoração do valor dos vencimentos decorrente da adequação ao novo salário mínimo está alinhada à disponibilidade financeira do município, o que contribui para a sustentabilidade fiscal e evita possíveis desequilíbrios orçamentários.

O projeto em análise está em conformidade com as regras e princípios que regem o orçamento público. Observa-se o respeito aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que assegura a estabilidade fiscal do município e a adequada destinação dos recursos públicos.

Diante do exposto, a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Timbaúba manifesta-se favorável à aprovação do **Projeto de Lei nº 001/2025**.

Sendo este o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, submetemos o presente documento ao Plenário da Câmara Municipal para deliberação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

Sala da Comissão da Comissões, 19 de fevereiro de 2025.

*R. Brandão Rodrigues*

RISALVA BRANDÃO RODRIGUES  
PRESIDENTE

*Ronaldo Gomes da Silva*  
RONALDO GOMES DA SILVA  
1º SECRETÁRIO

*Tarcísio Batista da Silva*  
TARCÍSIO BATISTA DA SILVA  
2º SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

PROJETO LEI Nº 001/2025

**DISPÕE SOBRE A NOVA ADEQUAÇÃO AO  
SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL DE 2025 AOS  
SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS  
MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, aprovou e o Sr. Prefeito sanciona o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre o reajuste da remuneração mínima para os servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Timbaúba, no valor de R\$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais).


**Parágrafo único.** A adequação de que trata o "caput" deste artigo será aplicada com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2025 em favor de todo o funcionalismo público municipal, quais sejam, servidores efetivos, comissionados, contratados, inativos, pensionista, bem como aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias, que tem seus vencimentos indexados ao referido valor conforme tabela anexa à presente lei.

**Art. 2º** - Em decorrência no disposto no artigo 1º e seu parágrafo, passa a integrar Lei Nº 2.864 de 26 de dezembro de 2013, como anexo V, o anexo I da presente lei.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações constantes na Lei Orçamentária.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Timbaúba, 19 de Março de 2025.

  
**MARILEIDE ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
**PRESIDENTE**

A ordem do dia da reunião

Em única discussão

Sala das Sessões 11/03/2025

Maurício R. Albuquerque

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAUBA

Aprovado em única discussão

Por unanimidade

Sala das Sessões 11/03/2025

Maurício R. Albuquerque

Presidente

A Comissão de disciplina, justiça e redação  
finança e orçamento  
Sala das Sessões 11 03/2025  
Maurício R. Albuquerque  
Presidente

A ordem do dia da reunião

Em 1º discursão

Sala das Sessões 18/03/2025  
Maurício R. Albuquerque  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAUBA

Aprovado em 1º discursão

Por unanimidade  
Sala das Sessões 18/03/2025  
Maurício R. Albuquerque  
Presidente

A ordem do dia da reunião

Em 2º discursão

Sala das Sessões 18/03/2025  
Maurício R. Albuquerque  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAUBA

Aprovado em 2º discursão

Por unanimidade  
Sala das Sessões 18/03/2025  
Maurício R. Albuquerque  
Presidente